

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

EM CONFORMIDADE COM O REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTECÇÃO DE DADOS

A 25 de Maio de 2018, entrou em vigor o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revogou a Directiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados).

Para que possamos cumprir o nosso dever de informação para convosco, recomendamos a leitura deste breve texto sobre a recolha e tratamento de dados pessoais pelos colaboradores do Terraço Alto.

Dados de identificação pessoal (relativos a arrendamento)

As reservas no Terraço Alto são feitas através de um formulário por nós disponibilizado, mediante pedido do interessado. Não é possível fazer reservas, nem através de qualquer plataforma online (nomeadamente *Airbnb*), nem através do nosso website institucional (www.terracoalto.com).

O formulário de reserva deve ser preenchido e devolvido para o e-mail stay@terracoalto.com. Desse formulário retiramos, entre outros, os dados de identificação pessoal necessários para a redacção de contrato de arrendamento, a saber:

- Nome completo
- Estado civil
- Residência actual
- Número do documento de identificação (Passaporte, BI, CC ou outros)
- Data de validade do documento de identificação
- Número de Identificação Fiscal português
- Endereço de correio electrónico

De resto, estes dados de identificação pessoal apenas podem ser utilizados para e no cumprimento da nossa obrigação de informar as autoridades portuguesas desses mesmos dados. Não são, assim, utilizados para quaisquer outros fins, tais como campanhas de marketing, excepto se para tal tivermos o consentimento escrito do seu titular.

Dados específicos relativos ao alojamento local

Ao abrigo da Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio, na sua redacção actual, na medida em que o Terraço Alto também está registado como estabelecimento de alojamento local* (alvarás n.º 120056/AL e n.º 120052/AL), estamos vinculados ao envio mensal de informação ao Instituto Nacional de Estatística (INE), através da respectiva plataforma online, relativa a:

- Nacionalidade dos hóspedes (incluindo portuguesa)
- Número de noites por nacionalidade
- Número de colaboradores
- Despesas com colaboradores

Por isso, a resposta ao inquérito mensal do INE será obrigatória uma vez que sejamos contactados por esta entidade para o fazer.* Ainda assim, os dados fornecidos ao INE não contêm qualquer informação sensível respeitante, quer aos clientes, quer aos colaboradores do Terraço Alto (designadamente, informação que permita a sua identificação).

**À data actual, o Terraço Alto ainda não funciona como estabelecimento de alojamento local, estando apenas registado como tal.*

Dados específicos relativos aos cidadãos estrangeiros

Em concordância com a Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, conjugada com a Portaria n.º 287/2007, de 16 de Março, e com a Portaria n.º 415/2008, de 11 de Junho, todas nas suas redacções actuais, estamos vinculados ao envio periódico dos dados relativos à

movimentação (check-in e check-out) dos hóspedes estrangeiros para o Serviço de Estrangeiros e de Fronteiras (SEF).

O envio do boletim de alojamento que contém esses dados é realizado através de plataforma online do SEF, entidade à qual compete assegurar a respectiva segurança.

Dados relativos a actividade profissional ou académica

Os formulários contêm ainda uma secção dedicada a dados relativos a actividade profissional ou académica. Estes dados apenas são utilizados para efeitos de análise e estatística interna, não sendo utilizados para quaisquer outros fins, tais como campanhas de marketing, excepto se para tal tivermos o consentimento escrito do seu titular.

Dados relativos a meios de pagamento

De momento, apenas aceitamos pagamentos por transferência bancária.

O formulário de reserva e o contrato de arrendamento contêm o IBAN da conta titulada pela empresa promotora do Terraço Alto (Espaços – CS & FL, Lda.), para o qual devem ser transferidas as rendas mensais e quaisquer outros montantes devidos ao abrigo dos contratos de arrendamento.

Dados para facturação de contratos de arrendamento

O formulário de reserva contém uma secção dedicada aos dados para facturação, em que são recolhidos os seguintes dados:

- Nome completo
- Residência actual
- Número de Identificação Fiscal português
- Endereço de correio electrónico

A transferência do montante da renda mensal é seguida da emissão do correspondente recibo, que, em regra, ficará em nome do titular do contrato de

arrendamento. Todos os meses enviamos uma lista de facturas e recibos ao nosso contabilista, que a processa e posteriormente no-la devolve.

Temos o dever legal de conservar os nossos registos de contabilidade, em formato papel, por um período de 10 anos, findo o qual os destruimos com recurso a uma trituradora de papel.

Dados relativos a colaboradores

Organizamos, para cada colaborador, uma pasta contendo os seguintes dados:

- Número do documento de identificação (Passaporte, BI, CC ou outros)
- Data de validade do documento de identificação
- Número da Segurança Social
- Número de Identificação Fiscal português
- Residência actual
- Número de telefone
- Endereço de correio electrónico
- Contrato de trabalho
- Ficha de Aptidão para o Trabalho (Portaria n.º 71/2015, de 10 de Março)
- Cópias dos certificados de formação relevantes

Estes dados, que guardamos no nosso escritório, são recolhidos para que possamos, em relação a cada colaborador, elaborar o respectivo contrato de trabalho e cumprir os requisitos legais, designadamente os requisitos relativos a seguros.

Salvo se solicitados, por escrito, por autoridade legitimada por lei para o efeito, estes dados não são partilhados com terceiros e, findo o contrato de trabalho, são eliminados.

Dados relativos a segurança social e vencimentos

Recebemos, com periodicidade mensal, os recibos de vencimento respeitantes aos nossos colaboradores, processados pelo nosso contabilista e os quais guardamos no nosso escritório por um período de 10 anos, findo o qual procedemos à sua destruição.

Esta informação é necessária para que possamos conferir o número de horas trabalhadas e informar o Instituto Nacional de Estatística (INE) do nosso desempenho enquanto unidade de alojamento local.*

**À data actual, o Terraço Alto ainda não funciona como estabelecimento de alojamento local, estando apenas registado como tal.*

A referida informação não é, portanto, utilizada para quaisquer outros propósitos e apenas pode ser consultada por nós, para efeitos análise e estatística interna; ou, ainda, pelo próprio colaborador a quem respeite a informação.

Os seus direitos como titular de dados pessoais

Enquanto titular de dados pessoais pode, ao abrigo do Regulamento (artigos 13.º e seguintes), exercer os direitos de seguida elencados, devendo para isso contactar-nos através de e-mail para stay@terracoalto.com.

- **Direito de informação:** Significa que, no momento da recolha ou tratamento dos seus dados pessoais, tem direito a ser informado, nomeadamente, das categorias de dados que serão recolhidos, da respectiva finalidade e fundamento jurídico, do responsável pelo tratamento dos dados, das entidades a que poderão ser transmitidos e dos seus direitos de acesso, de rectificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação.
- **Direito de acesso:** Significa que tem direito a aceder aos seus dados pessoais.
- **Direito de rectificação:** Significa que tem o direito de obter a rectificação dos seus dados pessoais inexactos.
- **Direito de apagamento (ou “direito a ser esquecido”):** Significa que tem direito a que os seus dados sejam apagados e eliminados, quando se aplique um dos motivos previstos no artigo 17.º do Regulamento.

- **Direito à limitação do tratamento:** Significa que tem o direito de obter a limitação do tratamento, caso se aplique uma das situações previstas no artigo 18.º do Regulamento.
- **Direito de portabilidade dos dados:** Significa que tem o direito de receber os seus dados ou de solicitar a transmissão desses dados a outro responsável pelo seu tratamento, nos termos previstos no artigo 20.º do Regulamento.
- **Direito de oposição:** Significa que tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, nos termos e para os efeitos do artigo 21.º do Regulamento.
- **Direito de reclamação:** Significa que tem direito a reclamar para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Proteção de dados pessoais

Não nos responsabilizamos por quaisquer conteúdos acedidos através de quaisquer hiperligações que conduzam para fora do domínio <https://terracoalto.com>, sempre que tais hiperligações sejam da responsabilidade de terceiros.

O nosso website utiliza e recorre a diversas medidas de segurança e protecção contra violação ou tentativa de violação das suas bases de dados, sendo certo que os titulares de dados pessoais têm o direito a ser informados caso ocorra uma violação de segurança que comprometa ou possa comprometer aqueles dados.

Conservação e eliminação de documentos que contenham dados pessoais

Os dados pessoais por nós recolhidos são conservados, no nosso escritório, pelo tempo necessário à realização da sua concreta finalidade, após a qual são eliminados.